

Ata da 3º Reunião do Comitê Único, Gestor Regional e Orçamentário de Primeiro Grau

Data: 29 de abril de 2016

Local: Sala de Reunião da Presidência, TJPA.

Hora: 9h

Participantes:

Membros do Comitê – Abel Rodrigues, Cristiano Magalhães Gomes, Edvaldo Lima, João Joaquim Cardoso Neto, José Coriolano da Silveira, Marcio Rosa, Maurício Crispino Gomes.

Convidada – Nazaré Saleme, Secretária de Planejamento, Coordenação e Finanças.

Secretária do Comitê – Jéssica de Bosi

1-DISSCUSSÕES

Às 9h41, o Juiz Cristiano Magalhães abriu a reunião, agradeceu a presença da Secretária de Planejamento, Coordenação e Finanças e dos representantes das Associações de Classe e em seguida passou a palavra para a Secretária Nazaré Saleme.

A Secretária Nazaré considerou que apesar das notícias nacionais expressarem que o Estado do Pará não está passando por um momento de crise como os outros Estados da Federação, a realidade vivida é de redução da receita geral do Governo do Estado. Diante disso, esclareceu que não foi informada ainda a reestimativa do repasse referente a cota que cabe ao Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). Acrescentou que além do repasse do Tesouro, acima mencionado, a receita advinda do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ), que serve para o pagamento das despesas de custeio da manutenção do Poder Judiciário Paraense e não pode ser utilizada para pagamento de folha de pagamento, sofreu pequeno aumento de 5% no de 2015, o que significa inexpressivo crescimento frente as despesas. Assim, a receita do FRJ não vem conseguindo arcar com as despesas, tendo que lançar mão do superávit para adimpli-las. Expos que a Portaria nº 3830/2015, que trata do contingenciamento de despesas, como medida para contornar essa situação,

não atingiu o corte de despesas esperado e que todos os contratos de mão de obra terceirizada foram majorados em uma média de 11% (onze por cento), em razão de dissídio coletivo. Sinalizou que o período deve ser de contenção de despesas, já que expandimos baseado numa estimativa de receitas que não estão sendo arrecadadas. Não negou a possibilidade de instalação de varas e comarcas, mas alertou para pertinência e prudência das decisões. Finalizou que todas as secretarias estão reavaliando seus contratos e gastos para manter a estrutura dos serviços já existentes.

No que tange a elaboração da proposta orçamentária para 2017, solicitou aos membros do comitê e aos representantes de classe que enviem sugestões para priorização de 1º grau. O Comitê sugeriu que fosse disponibilizado aviso nos portais do TJPA para que servidores e magistrados saibam e participem da coleta de sugestões, encaminhando-as via canal “fale conosco” no site de priorização de 1º grau. Além de ofício circular emitido pelo Comitê com as instruções.

Em relação à Resolução nº 219/2016, do CNJ, esclareceu que as Secretarias de Planejamento e Gestão de Pessoas do TJPA já estão trabalhando nos parâmetros estabelecidos na normativa e montando diagnósticos situacionais do Tribunal, para que, caso necessário, sejam tomadas as decisões cabíveis à equalização da força de trabalho. Noticiou o trabalho desenvolvido nas varas de fazenda com a padronização das rotinas nas secretarias e futura unificação das unidades para melhorar o processamento dessas varas.

Juiz Cristiano Magalhães expos que a cobrança das custas não está sendo realizada devidamente, acredita que há falta de conhecimento dos servidores das UNAJs e dos juízes quanto a cobrança. Secretária Nazaré Saleme informou que há um grupo de e-mail institucional e no aplicativo de celular, no qual participam todos os chefes de UNAJs para que sejam informadas as devidas instruções. Acrescentou que já estão sendo programadas reuniões por polo Judiciário a fim de reforçar as instruções junto a magistrados e diretores. O Juiz Cristiano sugeriu que as UNAJs sejam responsáveis por promover o mamdado quando da ausência de pagamento das custas finais. Solicitou intensificar treinamento em Libra. O Comitê sugeriu que a Secretaria de Planejamento disponibilize demonstrativo da arrecadação das unidades judiciais para prestar informações quanto ao nível de arrecadação. Os representantes dos oficiais de justiça sugeriram a formalização da possibilidade de realizarem a verificação *in loco* da veracidade dos casos de concessão de justiça gratuita.

2 - DELIBERAÇÕES

- A próxima reunião ocorrerá na data de 13/05/2016 às 10h, na sala de reunião da Presidência, prédio Lauro Sodré do TJPA;
- Convidar a Chefia da Divisão de Arrecadação e da Secretaria de Informática para a próxima reunião;
- Disponibilizar aviso nos portais do TJPA para que servidores e magistrados saibam e participem da coleta de sugestões para a proposta orçamentária, encaminhando-as via o canal “fale conosco” do site de priorização de 1º grau;
- Elaborar ofício circular informando a necessidade de participação na revisão da proposta orçamentária de 2017.
- A Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças irá programar reuniões com o objetivo de reforçar as instruções sobre custas judiciais junto a magistrados e diretores, por polo Judiciário, bem como encaminhar às unidades judiciais para prestar informações quanto ao nível de arrecadação.